

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.489.683 - MG (2019/0122503-7)**

**RELATOR : MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA**  
**AGRAVANTE : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS**  
**AGRAVADO : A F DOS S**  
**ADVOGADOS : DANIEL FELIPE FERREIRA CARDOSO E OUTRO(S) -**  
**MG173320**  
**CLAUDIA FERNANDA MACIEL DE ASSIS - MG156589**

**DECISÃO**

Trata-se de agravo em face de decisão que, com base na Súmula n. 284/STF, inadmitiu recurso especial do Ministério Público do Estado de Minas Gerais pretendendo a reforma de acórdão que concedeu em parte *habeas corpus* em favor de A.F. dos S., denunciado por infração ao art. 213, §1º, c/c o art. 14, II, por duas vezes, na forma do art. 69 do Código Penal, nos termos da seguinte ementa (e-STJ fl. 78):

*EMENTA: HABEAS CORPUS. ESTUPRO TENTADO. TRANCAMENTO DA AÇÃO PENAL. AUSÊNCIA DE ANÁLISE DE QUESTÃO PROBATÓRIA. MATÉRIA QUE NÃO FOGE AO EXAME DA VIA ESTREITA DO HABEAS CORPUS. INÉPCIA DA DENÚNCIA. POSSIBILIDADE EM RELAÇÃO A UMA DAS VÍTIMAS. CONSTRANGIMENTO ILEGAL. OCORRÊNCIA. ORDEM PARCIALMENTE CONCEDIDA.*

- *Sabe-se que a concessão da ordem para o trancamento da ação penal resulta de questões que podem ser identificadas de plano, como inépcia da denúncia ou atipicidade da conduta, e como isto se pode depreender da análise dos autos, especialmente se verificada a exordial acusatória, torna-se possível a concessão parcial do habeas corpus.*

- *Ordem parcialmente concedida.*

Embargos de declaração rejeitados (e-STJ fl. 95):

*EMENTA: EMBARGOS DECLARATÓRIOS. TRANCAMENTO DA AÇÃO PENAL POR CRIME DE ESTUPRO EM RAZÃO DA INÉPCIA DA DENÚNCIA. OMISSÃO. INOCORRÊNCIA. MATÉRIA JÁ DISCUTIDA. DECISÃO FUNDAMENTADA. AUSÊNCIA DE NARRATIVA DA VIOLÊNCIA OU GRAVE AMEAÇA. EMBARGOS REJEITADOS.*

- *O recurso de embargos declaratórios não se presta a rediscutir matéria já devidamente apreciada, impossibilitando que o mero*

# *Superior Tribunal de Justiça*

*inconformismo do recorrente tenha o condão de macular como omissio ou obscuro o acórdão que expressamente apreciou todas as questões veiculadas.*

Nas razões do especial, fulcrado na alínea "a" do permissivo constitucional, alega o representante do *Parquet* negativa de vigência ao art. 213, §1º, do Código Penal; 41, 395, I, 647, 648, I, todos do CPP; 25, III, da Lei n. 8.625/1993; 1022 e 1025 do CPC, c/c 3º do CPP; e 5º, LXVIII da Constituição Federal (por via reflexa).

Sustenta que a violência praticada contra uma das vítimas estende-se à outra, que, na hipótese, estava ao lado daquela que sofreu violência e tudo visualizou.

Afirma, ainda, que a lascívia do recorrido direcionava-se às duas adolescentes e não apenas àquela que sofreu o contato físico por parte do agente. A violência resta caracterizada ainda que direcionada a terceiro.

Aduz, por fim, que o trancamento de ação penal, por ausência de justa causa, somente é possível quando evidente a atipicidade da conduta, circunstância não evidenciada na espécie.

Pugna, ao final, pelo provimento do recurso, restabelecendo a regular tramitação da ação penal em desfavor do recorrido, em face também da vítima T. A. S.

Contra-arrazoadado (e-STJ fls. 127/135), o recurso foi inadmitido (e-STJ fls. 137/138), motivando o presente agravo.

Contraminuta às e-STJ fls. 162/167 e manifestação ministerial, nesta instância, em parecer assim ementado (e-STJ fl. 180):

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. TENTATIVA DE ESTUPRO. TRANCAMENTO DA AÇÃO PENAL. IMPOSSIBILIDADE. PARECER PELO PROVIMENTO DO RECURSO.**

É o relatório. **Decido.**

# *Superior Tribunal de Justiça*

O agravo é tempestivo e foi impugnado o fundamento do despacho de inadmissibilidade.

Passo, então, a analisar o recurso especial.

No caso, o recorrido foi denunciado por infração ao art. 213, § 1º, c/c o art. 14, II, duas vezes, do Código Penal, tendo o Tribunal *a quo* trancado a ação penal em relação à uma das vítimas - T. S. -, sob os seguintes fundamentos (e-STJ fl. 80):

*Na denúncia consta que o acusado, no dia dos fatos, convidou as vítimas para entrar em sua residência, trancou a porta e as obrigou a praticar sexo com ele, chegando a puxar os braços de S..*

*Em relação à vítima S., a exordial narra a conduta típica do suposto crime sexual, uma vez que a violência ficou evidente pelo ato de "puxar o braço".*

*Entretanto, está evidente a inépcia da denúncia em relação à vítima T., uma vez que o fato de o réu convidar a mesma para entrar em sua casa e fechar a porta da residência, por si só, não evidencia a conduta típica do estupro. Tal situação torna a denúncia imprestável, uma vez que não possibilitou ao denunciado a defesa em sua plenitude, ferindo o consagrado princípio constitucional, pois a violência, ameaça ou constrangimento não ficaram evidentes na peça de ingresso. Como elas teriam ocorrido? De que forma? Sem que tenha havido, seja violência, ameaça ou constrangimento ilegal, o fato narrado é atípico.*

Nos termos do art. 41 do CPP, "a denúncia ou queixa conterá a exposição do fato criminoso, com todas as suas circunstâncias, a qualificação do acusado ou esclarecimentos pelos quais se possa identificá-lo, a classificação do crime, e, quando necessário, o rol das testemunhas".

No caso, a conduta delitiva está assim narrada na proemial acusatória (e-STJ fl. 24):

*Consta que, quando dos fatos, as vítimas foram ate a casa do denunciado para buscar um pacote de fraldas para o filho de S., à época, menor de 08 meses de idade. Ao chegarem ao local, o denunciado, convidou-as para adentrar o interior de sua residência, e, então, trancou o portão de entrada e tentou*

# Superior Tribunal de Justiça

*obrigá-las a praticarem sexo com ele, chegando até mesmo puxar os braços de S. Ato contínuo, tirou a própria roupa e ficou nu diante das vítimas, ocasião em que esta correram e se esconderam no banheiro da casa, até que a esposa do denunciado chegou no local e quebrou a porta do banheiro, momento em que as vítimas conseguiram evadir,*

Ora, como se pode observar, a descrição da conduta delituosa foi feita de forma deficiente, absolutamente genérica, sem a narrativa de circunstâncias relevantes a permitirem a compreensão da acusação e o exercício do direito de defesa, razão por que acertadamente foi rejeitada a denúncia, em relação a vítima T..

Nesse sentido:

*PROCESSO PENAL. RECURSO EM HABEAS CORPUS. TRANCAMENTO DO PROCESSO-CRIME. HOMICÍDIO CULPOSO NA CONDUÇÃO DE VEÍCULO AUTOMOTOR. INÉPCIA DA DENÚNCIA. OCORRÊNCIA. AUSÊNCIA DE DESCRIÇÃO DA CULPA DO RÉU. RECURSO PROVIDO.*

*1. Nos termos do entendimento consolidado desta Corte, o trancamento da ação penal por meio do habeas corpus é medida excepcional, que somente deve ser adotada quando houver inequívoca comprovação da atipicidade da conduta, da incidência de causa de extinção da punibilidade ou da ausência de indícios de autoria ou de prova sobre a materialidade do delito.*

*2. A alegação de inépcia da denúncia deve ser analisada de acordo com os requisitos exigidos pelos arts. 41 do CPP e 5º, LV, da CF/1988. Portanto, a peça acusatória deve conter a exposição do fato delituoso em toda a sua essência e com todas as suas circunstâncias, de maneira a individualizar o quanto possível a conduta imputada, bem como sua tipificação, com vistas a viabilizar a persecução penal e o exercício da ampla defesa e do contraditório pelo réu. Precedentes.*

*3. Tratando-se do crime de homicídio culposo na condução de veículo automotor, mister se faz reconhecer a necessidade de descrição narrativa e demonstrativa do fato criminoso, não sendo admissível que a acusação limite-se a afirmar que o réu praticou o crime de forma desatenta e imprudente sem, porém, descrever qual teria sido a conduta eivada de desatenção e imprudência praticada pelo agente, como, por exemplo, a invasão de contramão ou da via paralela, o excesso de velocidade, a conversão exagerada, entre outros aspectos.*

*4. No caso em apreço, a exordial acusatória em questão*

# Superior Tribunal de Justiça

*limita-se a afirmar que a acusada, na condução de seu veículo automotor, agiu com desatenção de imprudência no trânsito, vindo a causar a morte da vítima, ausente, entretanto, qualquer indicação de qual teria sido tal conduta, suas circunstâncias, sem a devida acuidade, o que, a toda evidência, obsta o exercício do direito de defesa e do contraditório.*

*5. Recurso provido para trancar a ação penal quanto ao delito de homicídio culposo, sendo facultado o oferecimento de nova denúncia, desde que preenchidos os requisitos do art. 41 do CPP. (RHC 114.210/BA, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, julgado em 27/08/2019, DJe 02/09/2019)*

*PENAL E PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. FURTO DUPLAMENTE MAJORADO. DANO QUALIFICADO. POSSE DE ARMA DE FOGO DE USO RESTRITO. QUADRILHA ARMADA. INÉPCIA DA DENÚNCIA. ART. 41 DO CPP. INEXISTÊNCIA DE DESCRIÇÃO MÍNIMA DAS CONDUTAS IMPUTADAS AO RÉU. EXCESSO DE PRAZO. CONSTRANGIMENTO ILEGAL RECONHECIDO. ARTIGO 580 DO CPP. EXISTÊNCIA DE IDENTIDADE FÁTICO-PROCESSUAL. INCIDÊNCIA.*

*1. Inexistindo uma descrição mínima na denúncia do modo de colaboração do acusado para o crime, que sequer menciona seu nome na narração fática, deixando de demonstrar qual foi o liame entre a sua conduta e as práticas delituosas a ele imputadas, não se têm por atendidos os requisitos do art. 41 do CPP, com prejuízo direto ao exercício da ampla defesa e do contraditório, devendo ser reconhecida a sua inépcia.*

*[...]*

*4. Habeas corpus concedido para trancar a Ação Penal n. 0000374-54.2016.8.25.0011, da comarca de São Domingos/SE, diante da inépcia da denúncia, em relação ao paciente Levilson Cavalcante Silva, estendendo-se os efeitos desta decisão aos correus Luis Fernandes Soares dos Santos, José Adriano da Silva Siqueira e Givaldo da Silva Oliveira, nos termos do art. 580 do Código de Processo Penal, expedindo-se alvará de soltura em favor destes réus, pelo reconhecimento de excesso de prazo para o encerramento da instrução criminal. (HC 470.310/SE, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 13/11/2018, DJe 06/12/2018)*

Diante do exposto, **conheço do agravo** para negar provimento ao recurso especial.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Intimem-se.

Brasília, 07 de outubro de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA  
Relator

